

A Grande Guerra e o sidonismo (esboço interpretativo)

1. PORTUGAL DURANTE A PRIMEIRA GUERRA MUNDIAL

Não é fácil resumir aqui brevemente o que foi a história de Portugal durante a guerra de 1914-18, período durante o qual é certo, todavia, terem começado a amadurecer e a ganhar dimensão as tendências político-ideológicas de carácter fascizante. É, pois, necessário, até porque se continua a partir do princípio de que estes factos não são do domínio comum, fornecer algumas breves indicações que permitam ao leitor dos materiais que a seguir se apresentam situar os importantes episódios dos últimos meses de 1918 e dos primeiros de 1919.

Embora o consulado de Sidónio Pais caiba inteiramente no período dominado pela conjuntura de guerra e a própria queda do seu regime possa ser considerada, até certo ponto, uma consequência do fim da guerra, achou-se que aquela experiência política merecia ser tratada à parte, como o exacerbamento que foi de uma série de enfrentamentos que oporiam, quase ininterruptamente até ao 28 de Maio de 1926, as forças sociais mais conservadoras do País às forças do liberalismo tradicional, fiéis ao regime parlamentar.

Na falta de estudos consagrados à questão, é difícil comunicar em poucas palavras o tremendo impacte da guerra em Portugal, antes como depois da entrada do País nas operações militares europeias (a partir de Março de 1916, embora o primeiro contingente do corpo expedicionário apenas tenha partido para a Flandres em fins de Janeiro de 1917), e não só, nem talvez principalmente, no plano dessas operações militares, mas efectivamente a todos os níveis da vida social.

Um indicador que exprimirá talvez melhor do que qualquer outro a dimensão desse tremendo impacte da guerra é o indicador demográfico: com efeito, entre 1910 e 1920, por motivo das vagas emigratórias, das perdas militares e das epidemias e talvez de outros comportamentos sobre os quais nada sabemos, a população do País permaneceu estagnante (à volta de 6 milhões). No âmbito da estagnação global, é de mencionar, todavia, pelas suas implicações sociais e políticas, o crescimento demográfico das principais concentrações urbanas, designadamente Lisboa e Setúbal; esta migração para as cidades fora, de resto, notada, nas suas consequências nefastas para a «paz social», por alguns observadores mais atentos da época, como Anselmo de Andrade e, sobretudo, Geraldo Coelho de Jesus, antes mesmo de finais da década de 1910.

Não convém que nos alonguemos aqui sobre a instabilidade política dos primeiros anos da República, que não era, aliás, mais do que a continuação da inadequação dos últimos anos da Monarquia — ambas sintoma da crescente inadequação do sistema político, enquanto sistema de representação das forças sociais e arbitragem entre elas, às transformações que a difusão das relações de produção capitalistas tinham vindo a introduzir paulatinamente em Portugal.

O desencadeamento da guerra surpreendeu as forças políticas do País quando estas haviam conseguido dotar-se de um governo que, embora precário, parecia representar uma relativa «acalmção», como então se chamou efectivamente ao Gabinete Bernardino Machado, que sucedera, em Fevereiro de 1914, ao primeiro Gabinete democrático homogéneo (Afonso Costa); tal «acalmção» não dizia apenas respeito aos partidos republicanos, aos quais o golpe de 5 de Outubro conferira o monopólio político, como parecia até alargar-se, de algum modo, às forças excluídas do sistema político: católicos e fiéis da Monarquia, do lado do País mais tradicional, e movimento operário, do lado do País moderno.

O ano de 1913, como é atestado por praticamente todos os indicadores socioeconómicos que possuímos, fora, sob a política de restrições financeiras e de repressão das reivindicações operárias de Afonso Costa, um ano comparativamente «bom para os negócios», o melhor desde 1907, o que permite supor uma relativa distensão dos agudos conflitos que de há muito vinham opondo os interesses do capital de orientação comercial e financeira — aos quais o Partido Democrático de algum modo correspondia, ao mesmo tempo que lhes assegurava uma base de apoio mais ampla através da pequena burguesia urbana dos lojistas e empregados — aos do capital de orientação produtiva, agrário e industrial, cujo principal instrumento político parece então ter sido o Partido Unionista, de Brito Camacho, ao qual as chamadas «classes médias» tinham vindo a dar apoio até então, através do Partido Evolucionista, chefiado por António José de Almeida.

A inadequação do sistema político, baseado num sufrágio limitadíssimo, manipuladíssimo e, além do mais, consciente ou inconscientemente boicotado nos grandes centros urbanos, onde precisamente se concentrava a população politicamente mais activa, a inadequação do sistema político ao «país real», quer o dos camponeses analfabetos, quer o dos operários abstencionistas, era de algum modo patente aos seus próprios beneficiários.

Tanto assim que a sorte do Gabinete Afonso Costa se decide, não propriamente no Parlamento, onde dispunha da maioria, mas na rua, numa série de manifestações que opõem os seus seguidores aos seus adversários convocados por Machado Santos, o qual, embora se situasse, no espectro ideológico, no extremo oposto do radicalismo verbal dos democráticos, não deixará de ter tido, nesta como noutras ocasiões, o apoio pontual do movimento sindical. Deste enfrentamento de rua entre adeptos e adversários do «afonsismo» sai, à revelia da composição do Parlamento, o primeiro governo republicano extrapartidário, presidido, como se disse, por Bernardino Machado.

O desencadeamento da guerra irá, no entanto, dar azo ao rompimento daquele precário equilíbrio. Não só as consequências do conflito depressa se começam a fazer sentir — alta dos preços; escassez dos géneros; encerramento dos mercados de exportação, quer para os produtos nacionais, quer para os produtos coloniais, quer ainda para a emigração; falta de matérias-primas e de combustíveis, com a consequente paralisação ou travagem

de muitas actividades produtivas e um provável aumento do desemprego, que só a partir da segunda metade de 1916 começará a ser absorvido pelo recrutamento militar —, não só as consequências do conflito depressa se começam a fazer sentir, como isso atestam, por exemplo, os primeiros motins alimentares logo em Setembro de 1914, como, para mais, a cena político-ideológica é agora acirrada pela questão da entrada ou não de Portugal no conflito europeu.

Com efeito, se é certo que só os movimentos sindical e anarquista se opunham clara e decididamente à guerra (ver nota A no final deste ensaio), nem por isso deixa de ser verdade que as forças políticas das classes dirigentes estavam gravemente divididas quanto à oportunidade de participar na frente europeia, já que nenhuma excluía, naturalmente, a necessidade de defender militarmente os territórios coloniais apetecidos e já atacados pela Alemanha. Muito raros foram, todavia, os que, como Alfredo Pimenta, chegaram a pôr em causa a tradicional aliança com a Inglaterra e a ostentar uma atitude germanófila. Em geral, os monárquicos, como veremos adiante, permaneceram fiéis à aliança inglesa, ratificada desde Agosto de 1914 pelo Parlamento republicano, mas as forças conservadoras só relutantemente aceitavam o argumento dos democráticos segundo o qual a participação de tropas portuguesas na frente europeia era essencial para garantir, no dia do tratado de paz, quando a guerra acabasse, a integridade dos territórios coloniais.

Brito Camacho, líder dos unionistas, foi porventura o mais articulado e persistente defensor da tese da neutralidade europeia e, embora os seus escritos sobre a guerra não deixem dúvidas quanto à certeza da derrota da Alemanha, manteve o seu partido fora do Governo dito de «União Sagrada». Em contrapartida, o agrupamento de Afonso Costa distinguiu-se pela propaganda bélica e assumiu, posteriormente a responsabilidade de lançar o País no conflito europeu. Quanto aos evolucionistas, nunca chegaram a apresentar uma linha clara a este respeito e, depois de alinharem com os democráticos no Governo de União Sagrada, de Março de 1916 a Abril de 1917, deixaram de novo Afonso Costa sozinho no poder, até ao seu derrubamento pelo golpe sidonista de 5 de Dezembro de 1917, golpe que, do ponto de vista diplomático-militar, representou um passo atrás na participação portuguesa na frente da Flandres, posição que reflecte o apoio que Sidónio recebeu inicialmente do Partido Unionista.

Se esta questão da participação de Portugal na guerra foi de extrema importância para os partidos e outras forças políticas, ela foi absolutamente decisiva no que respeita à evolução das forças armadas e ao seu crescente papel na vida política do País. E isto a vários títulos e segundo uma série de vectores nem sempre claros e muitas vezes contraditórios.

Globalmente, o crescente envolvimento nas campanhas de África e da Flandres não podia deixar de ter dado lugar a um empolamento dos efectivos militares; à modernização do exército, quer em termos de equipamento, quer em termos organizativos; a um maior quinhão das forças armadas na despesa pública — tudo isto concorrendo para uma maior consciência de si por parte da instituição militar, para o correspondente aparecimento de conflitos entre esta e os poderes civis e, a coroar este processo, para uma crescente tendência da instituição militar para se interessar pelas questões políticas propriamente ditas. É ainda no âmbito deste mesmo processo que se começarão a descortinar conflitos larvares entre o oficialato

e os altos comandos, sendo estes últimos suspeitos de estarem mancomunados com os poderes civis.

Antes mesmo, porém, da entrada de Portugal na guerra da Flandres, já as forças armadas tinham sido atravessadas por um primeiro, e grave, conflito, que, ao mesmo tempo, se prende com a questão da guerra e reflecte as condições gerais da crise do Estado. Com efeito, a possibilidade de entrada na guerra — seriamente encarada desde o voto de princípio em Agosto de 1914 — terá suscitado, junto de uma parte do officialato, resistências que conduziram ao chamado «golpe das espadas», o qual levou, por sua vez, em Janeiro de 1915, o presidente da República, Manuel de Arriaga, que recebera entretanto o apoio de Machado Santos, a substituir o Gabinete predominantemente democrático de Azevedo Coutinho por um novo Gabinete extraparlamentar e extrapartidário sob a chefia do velho general Pimenta de Castro, anteriormente affecto aos unionistas.

Tais medidas ocasionaram uma primeira e tímida tentativa de governo ditatorial, que não deixou de ter algumas semelhanças com o golpe de Sidónio Pais, três anos mais tarde, o qual beneficiou também da desafeecção de uma parte do officialato, e nomeadamente dos cadetes da Escola Militar, perante a desastrosa evolução da participação portuguesa na frente da Flandres. Por outro lado, foi precisamente contra a tentativa ditatorial de Pimenta de Castro e Machado Santos que se ergueu outra facção das forças armadas — a dos oficiais «jovens turcos», nomeadamente Norton de Matos e Leote do Rego, a qual teve um papel decisivo no contragolpe de 14 de Maio de 1915, que depôs a «afrontosa ditadura» e trouxe de novo os democráticos ao poder, e um papel não menos decisivo na entrada de Portugal na guerra e na condução das operações militares; mas tão-pouco esta facção sobreviveria no pós-guerra.

Segundo mecanismos aparentemente contraditórios, nacionalismo e belicismo não chegam aqui a fundir-se, como terá porventura sucedido em Itália, pois falta à facção dos «jovens turcos» um real *élan* nacional que apoie a entrada na guerra e falta aos oficiais tradicionalistas o objectivo unificador da mobilização militar. Assim, rapidamente se tornará a facção dos «jovens turcos» num simples apêndice militar da política do Partido Democrático, o que mais lhe alienará ainda o apoio do officialato, contra o qual se lançara anteriormente numa vasta purga depuradora, apoiando-se inclusivamente no corpo de sargentos, mas tal operação será, não só detida, como contrariada pelas sucessivas amnistias, nomeadamente de oficiais monárquicos, exigidas pela declaração de guerra em Março de 1916. Em substância, é difícil de separar nesta altura o elemento puramente militar do elemento político. Tal corte, com as consequências que ele supõe, só se verificaria efectivamente mais tarde, já perto do golpe de 28 de Maio. Durante o período que temos estado a examinar, o exército não logra autonomizar-se relativamente aos partidos políticos; daí que não seja fortuita a instrumentalização do movimento dos «jovens turcos» pelos democráticos, como já o «movimento das espadas» fora instrumentalizado pelos adversários do afonsismo.

Aliás, se não é de modo algum de descartar o papel, nesta conjuntura, de comezinhos interesses económicos que viam, com razão, a possibilidade de aproveitar a situação bélica para realizarem rápidos e avultados lucros, interesses esses de que o Partido Democrático era, sem dúvida, o veículo

político privilegiado, tão-pouco é de retirar à estratégia deste Partido uma dimensão mais vasta, a saber, a esperança de que a entrada de Portugal na guerra e o consequente «esforço patriótico» que isso representaria fossem de molde, se não a galvanizar os entusiasmos populares, pelo menos a pacificar os conflitos políticos e sociais internos em nome da «união sagrada», ao mesmo tempo que alargaria o apoio à adopção de uma dura política repressiva na frente da luta de classes.

E não se pode dizer que os cálculos de Afonso Costa tenham saído de todo errados, pelo menos até meados de 1917. Com efeito, não só os evolucionistas, e essas classes médias que este partido de algum modo representava, deram, de início, o seu apoio ao projecto afonsista, como sobretudo os monárquicos e o vasto sector católico a eles mais ou menos afecto foram neutralizados pelo envolvimento de Portugal no conflito armado. Apesar da orientação germanófila de muita desta gente (nomeadamente um Alfredo Pimenta), a intervenção de D. Manuel II, exilado em Inglaterra, terá sido suficiente para levar as hostes monárquicas, se não a aderir entusiasticamente ao «esforço patriótico», pelo menos a não hostilizar o regime, o qual, por seu turno, já deixara entrar dois representantes do Partido Católico para o Congresso da República nas eleições de Junho de 1915.

Vale a pena aludir, como significativa, à evolução do grupo nacionalista e ultra-reaccionário d'*A Ideia Nacional* (publicação cujo título se inspira directamente no jornal dos nacionalistas italianos de Corradini): surgido em 1915, durante a ditadura de Pimenta de Castro, fora mais ou menos proibido após o 14 de Maio, mas reaparecia em Março de 1916, financiado agora por Domingos Megre, latifundiário da Beira Baixa, preconizando uma trégua política perante a situação de guerra. Não será tão-pouco fortuito, no longo processo de maturação da ideologia fascizante em Portugal, que encontremos simultaneamente entre os colaboradores e simpatizantes d'*A Ideia Nacional*, em 1916, os nomes dos futuristas Fernando Pessoa e Almada Negreiros (que chegou a desenhar uma capa da revista) e dos «democratas-cristãos» Oliveira Salazar e Gonçalves Cerejeira...

Esta momentânea trégua entre facções tão díspares como monárquicos e católicos, nacionalistas e futuristas, democráticos e evolucionistas, de que apenas parecem ter-se mantido em reserva Brito Camacho e os unionistas (entre os quais Sidónio Pais), terá ainda um outro resultado não negligenciável, que se prende com o que atrás dizíamos a respeito da evolução da instituição militar, ou seja, a incorporação em massa de oficiais monárquicos, dos quais só quase o obstinado Paiva Couceiro se excluiria, no exército combatente em África e/ou na Flandres.

E não deve aqui confundir-se a fé monárquica com um mero acidente ideológico: com efeito, o comportamento futuro destes oficiais monárquicos não deixa quaisquer dúvidas sobre o facto de, desde o 5 de Outubro, e sobretudo depois da doutrinação integralista e nacionalista, *monárquico* se confundir cada vez mais com *ultraconservador*: não é decerto por acaso que entre os principais líderes do monarquismo militante da década de 1910 se encontram elementos ligados desde o princípio do século ao grupo cesarista dos *endireitas* (então capitaneado por Mouzinho de Albuquerque) e ao franquismo, como Aires de Ornelas e Luís de Magalhães, e que muitos deles tenham sido africanistas notórios, como o mesmo Ornelas, Paiva Couceiro e João de Almeida... Também não será fortuito

que o movimento monárquico, sob o impulso dos integralistas, se tenha vindo a chocar cada vez mais frontalmente com a tutela liberal e anglófila de D. Manuel II, acabando praticamente por impor a este último a sucessão de um rebento do ramo miguelista, devidamente doutrinado pelos integralistas, o pretendente Duarte Nuno de Bragança...

Convém, depois desta longa digressão pela esfera político-ideológica, que voltemos de novo à situação económica e social. Já tivemos ocasião, atrás, de evocar a degradação da situação económica devida à conjuntura bélica, assim como a oportunidade que a mesma conjuntura oferecia a alguns de realizar rápidos e avultados lucros.

Com efeito, se a situação, no plano económico global, é de crise agudíssima, isso não excluiu nem a rápida fortuna de muitos especuladores e açambarcadores, para já não falar nos fornecedores de equipamentos vários para o exército ou nos que, como a CUF, conseguiriam exportar a bom preço produtos que escasseavam no mercado nacional, como os adubos; não só a situação não excluiu, pois, a formação destes «lucros de guerra», como terá mesmo contribuído para a formação, selecção e consolidação de grupos económicos de dimensões inéditas para o País, grupos estes cujas tendências monopolistas e cartelizadoras são já palpáveis no imediato pós-guerra e entre os quais encontraremos alguns dos principais promotores e/ou beneficiários da próxima fascização do sistema político.

Neste sentido, se tivermos em conta que, do pequeno número de grandes grupos que dominavam a economia portuguesa no dia 25 de Abril de 1974, a grande maioria eram já grupos de considerável porte económico antes do 28 de Maio, e que alguns deles se reforçaram, precisamente, no período do pós-guerra, não será então mera figura de retórica pensar, como a III Internacional dizia então, que o fascismo foi bem, ao menos entre nós, «a ditadura terrorista do grande capital». O fascismo não teria, assim, *dado origem* a um grande capital monopolista, mas teria sido, efectivamente, a ditadura protectora e consolidadora dos grandes interesses económicos capitalistas, industriais e bancários, dominantes à data da fascização do sistema político (ver nota B no fim deste ensaio).

É este, pois, um aspecto crucial da conjuntura económica durante a guerra e imediatamente a seguir. Outro aspecto, de certo modo complementar daquele, é a precariedade de muitos negócios da altura; a partir de 1920-21, sobretudo, as falências em série tornam-se a contrapartida obrigatória da emergência dos grandes grupos monopolistas. É nesta outra faceta da mesma conjuntura que terá mergulhado as suas raízes essa organização fascizante da pequena burguesia proprietária que foi a Confederação Patronal, activa entre 1919 e 1923. No entanto, esta «fascização» do pequeno patronato deve sobretudo ter-se acentuado já entrados os anos 20, consumando-se a partir das medidas de estabilização monetária lançadas em 1924 pelos Governos Álvaro de Castro e Rodrigues Gaspar, as quais deram também lugar a um último sobressalto da esquerda democrática (Gabinete Domingues dos Santos, Novembro de 1924-Fevereiro de 1925). Mas isto afasta-nos já do período que presentemente observamos.

Durante a guerra, todas estas profundas perturbações económicas terão dado origem, fundamentalmente, a dois tipos de comportamentos sociais difusos que, a acreditarmos nos comentários que Salazar teceu, em meados

de 1918, sobre «a crise das subsistências», constituem como que o pano de fundo em que se vão inscrever as principais manobras políticas, parlamentares como extraparlamentares, dos anos seguintes. Com efeito, a «crise das subsistências» apresenta-se sob uma dupla face, de que em geral os historiadores apenas têm retido uma, a mais espectacular, ou seja, a acesa luta do operariado e das classes proletarizadas contra a carestia da vida e a falta de géneros.

Tal luta assumiu várias formas, nem sempre coordenadas pela organização sindical, mas objectivamente articuladas: greves, sobretudo em 1916-17; acções contra a alta dos preços e, finalmente, frequentes assaltos contra os açambarcadores reais ou supostos. A ponto de, em 1917, as questões económicas e sociais se confundirem com a questão da «ordem pública», como ressalta nomeadamente dos escritos dos ideólogos do sidonismo. Mas, se a agitação social contribuiu para a instabilidade política, a partir de certa altura — como ficou amplamente demonstrado durante o golpe sidonista de 5 de Dezembro de 1917, durante o qual uma parte da população lisboeta se lançou na pilhagem das lojas da cidade baixa, enquanto as forças armadas e militarizadas se enfrentavam no Parque Eduardo VII —, a partir de certa altura, dizíamos, as próprias lutas pelo poder político ter-se-ão tornado um fermento mais da agitação social.

A outra faceta da «crise das subsistências», a que só raramente encontramos referências, foi a crescente recusa das comunidades rurais a fornecer os géneros alimentícios às cidades, nomeadamente a Lisboa, atitude esta que a instauração do regime sidonista em nada alterou. Este fechar-se sobre si do campesinato, além das implicações de ordem económica, óbvias no plano do estreitamento da base de reprodução dos capitais, representava ainda, como Salazar parece ter sido o único a ver na altura, um sério agravamento das permanentes contradições entre a cidade e o campo, por um lado, e, por outro lado, uma ruptura na própria coesão do País, que se traduzia pela inoperância das instâncias governativas centrais junto das comunidades rurais.

Não é fácil aduzir documentação em favor do que vimos dizendo. Todavia, as estatísticas da produção agrícola apresentam, a partir de 1916, uma significativa divergência na evolução dos produtos típicos da agricultura comercial, cuja produção é estimulada pelo aumento dos preços, e dos produtos típicos da agricultura camponesa, sobretudo no Centro e Norte, a qual parece alheia àquelas considerações de preço e cujas produções comercializadas diminuem sensivelmente. Também não estão estudadas as medidas, e os seus fracos resultados, tomadas pelos sucessivos governos no sentido de levar as comunidades rurais a entregarem géneros para o consumo urbano, mas Salazar refere-se explicitamente à resistência tenaz dos campos a fornecer a cidade. Há aqui, pois, uma ampla área a desbravar pela investigação no que respeita às condições de ruptura social que, a médio/longo prazo, vieram a implicar, como antídoto, a fascização do sistema política, sob a forma de Estado Novo.

Com efeito, verifica-se assim que a estratégia de Afonso Costa e dos democráticos, a que atrás aludíamos, de obter através da mobilização bélica um consenso político de que até então não tinham conseguido beneficiar, apesar, ou talvez por causa, das suas vitórias eleitorais, tal estratégia só junto das classes possidentes, e por pouco tempo, obteve êxito. E é até legítimo perguntar se esse consenso dos possidentes se não terá mantido

apenas enquanto o regime de «união sagrada» foi capaz de navegar através de uma relativa «paz social».

O facto é que os democráticos já se encontram sozinhos no poder quando rebenta em Lisboa a famosa «revolução da batata» — quase uma semana inteira do mês de Maio de 1917 durante a qual o proletariado lisboeta saqueou praticamente todas as lojas e armazéns de víveres, ao mesmo tempo que enfrentava as forças da ordem em combates que fizeram, segundo o documentado artigo que Vasco Pulido Valente consagrou recentemente ao episódio («A revolta dos abastecimentos: Lisboa, Maio de 1917», in *Economia*, 1, 2, Maio de 1977, pp. 187-218), 38 mortos e 117 feridos e deram lugar a mais de 500 prisões. O que já não ressalta tanto do artigo citado — independentemente de um debate semântico sobre se a revolta foi espontânea (como se afirma na p. 209) ou não (como se afirma na p. 217) — é que os motins de Lisboa e arredores não foram senão o caso mais espectacular de uma série interminável de assaltos e movimentações da mesma índole e que, aliada às greves cada vez mais frequentes e duras, tal agitação não pode deixar de ter que ver com o esgotamento da fórmula da «união sagrada».

Sozinhos perante as oposições mais diversas, Afonso Costa e os democráticos acabam por se render sem demasiada luta ao golpe de 5 de Dezembro de 1917, em que se aliam mais uma vez unionistas (como o próprio Sidónio Pais e muitos outros), nomeadamente a sua ala agrária (Miguel Fernandes), e «machadistas», trazendo de novo Machado Santos a esta coligação a benévola neutralidade de sectores do movimento operário; mais tarde, os sindicalistas passariam para a oposição ao novo regime, perante a surdez deste às reivindicações operárias.

Em contrapartida, o regime sidonista veio a beneficiar cada vez mais do comprometedor apoio de monárquicos e católicos, que nas eleições de Abril de 1918 mandam conjuntamente mais de 50 representantes para o Congresso da República (Câmara dos Deputados e Senado), sem falar nos 28 mandatários corporativos das «classes e forças vivas» no Senado, entre os quais Alfredo da Silva, da CUF, num total de 228 membros (mais de 30 %). Após a queda do sidonismo e a derrota das tentativas de restauração monárquica, os democráticos recuperariam de novo o controlo absoluto do Congresso nas eleições de Maio de 1919, com 122 lugares num total de 234, ao mesmo tempo que aboliam o sufrágio universal masculino, instituído para a eleição directa de Sidónio para a presidência da República, e voltavam ao sufrágio censitário tradicional e à eleição indirecta do presidente da República; esta relação de forças eleitoral manter-se-ia até ao fim do regime parlamentar, tendo os democráticos conservado 119 dos 218 lugares do Congresso nas últimas eleições da Primeira República, em Novembro de 1925.

2. O CONSULADO DE SIDÓNIO PAIS

Tentemos, à maneira de abordagem da natureza do regime sidonista, fazer o ponto das relações de força entre as principais classes em presença nos finais do ano de 1917, quando começam a chegar a este extremo ocidental da Europa as notícias — alarmantes para uns e estimulantes para outros — da revolução russa de Outubro. Não é fácil, mas tentemos.

Com a questão dos abastecimentos a servir, como vimos, de fermento quotidiano da agitação social, é legítimo avançar, com base nos indicadores conhecidos, que a resistência do operariado fabril e oficial, em Lisboa como na própria província (greves da têxtil algodoeira do Norte), e do proletariado urbano em geral era de molde a não permitir, ao menos em termos salariais, que os custos da crise económica bélica fossem inteiramente descarregados sobre eles.

Segundo as estatísticas disponíveis, se o índice do custo de vida duplicara entre 1914 e 1917, o índice dos salários industriais seria de 225. Já os salários agrícolas parecem ter ficado atrás da alta dos preços (índices 176-178), mas, seja qual for a forma de ocultação contida nestas estatísticas, tudo leva a crer que, ao menos no Alentejo e no Ribatejo, isto é, no sector rural do proletariado organizado, a situação de classe foi favorável ao proletariado local (uma hipótese é que os trabalhadores tenham, nas condições de carestia e penúria de géneros alimentares vigentes, transformado precisamente uma parte do salário em pagamentos em géneros).

Um outro indicador, indirecto, do peso político adquirido pelo movimento operário é o acordo entre Machado Santos, por conta de Sidónio Pais, e alguns dirigentes sindicais, antes do golpe que derrubou o regime «afonsista». A principal cláusula de tal acordo era a libertação dos numerosíssimos presos por «questões sociais» em troca de uma trégua grevista; a médio prazo encarava-se a negociação de uma espécie de pacto entre o novo regime e o movimento sindical, preocupado como este estava com a necessidade de lutar unificadamente contra a alta dos preços e não entregar cada secção de classe à sua melhor ou pior sorte. Tal negociação veio a ser protelada por vários meses, ao mesmo tempo que a estrela de Machado Santos, que fora de início o n.º 2 do regime, começava a empalidecer perante a ascensão pessoal de Sidónio e da sua guarda pretoriana e o seu crescente apoio nas forças dos católicos e monárquicos, até que, em Maio de 1918, o movimento sindical rompe a trégua com o regime. Mas já veremos isso mais adiante.

Voltando, pois, a 1917. O próprio carácter insolúvel que tomava a questão dos abastecimentos alimentares, com a explosão dos motins de Maio, aponta, por seu turno, para a incapacidade do Governo em impor um sistema qualquer de requisições às comunidades rurais. O campesinato — *the awkward class* —, sempre tão difícil de cingir nos seus comportamentos, apenas nos surge, ao menos no estado presente da investigação, como uma figura negativa, suficientemente forte para se opor à sua expoliação, mas incapaz de formular, mesmo implicitamente, qualquer alternativa. Não é, no entanto, impossível conceber, até certo ponto, a avançada política dos católicos, com o relançamento do seu Centro no Congresso de Braga, em Maio de 1917, como ligada, através de mediações que nos compete elucidar futuramente, a um crescente descontentamento do campesinato e à polarização desse descontentamento contra o Estado «afonsista», centralizador e, para mais, encarniadamente anticlerical.

Maio de 1917 assinalou-se também nos anais da história político-ideológica do País, não esqueçamos, pela operação do «milagre de Fátima», destinada, evidentemente, a funcionar como canalização do descontentamento rural e católico contra a Lisboa ateia dos grevistas, refractários e desertores, açambarcadores e novos-ricos... A serem exactas estas hipóteses, o campesinato estaria a começar a fornecer, por esta altura, pela sua própria negatividade, a base de apoio necessária à avançada política

das burguesias provincianas, de que António Lino Neto, dirigente do Centro Católico, terá sido então o ideólogo mais articulado.

Tal movimento, que tudo quanto se pode ler nas entrelinhas da recente biografia de Salazar por Franco Nogueira parece confirmar, encerra, aliás, uma dupla novidade na vida político-ideológica do País, na medida em que traz à linha da frente da cena política, numa verdadeira *révanche* histórica, a burguesia das províncias e a igreja católica. Nesta perspectiva, competirá de futuro à investigação ponderar a evolução e o peso exactos destas componentes no processo de fascização do sistema político. Por burguesia das províncias, sem pretender inovar na teoria das classes sociais, pretende-se apenas designar essas forças locais — económicas, sociais e ideológicas — que até então se tinham contentado em servir de *relais*, de intermediário, entre o poder central e as comunidades locais, sem, no entanto, partilharem esse poder central, a não ser como suas beneficiárias subalternas.

O municipalismo, temática que sobreviveria através do Estado Novo até à segunda guerra mundial, parece ser o principal eixo em torno do qual se articula a reivindicação de poder por parte desta burguesia das províncias, na linha, por paradoxal que pareça, de Herculano, Henriques Nogueira e Basílio Teles, linha sobre a qual se incrustam, a partir de 1914, segmentos da ideologia integralista. É esta ainda uma forma mais que assume a contradição entre os campos e a cidade, mais exactamente entre uma província solidamente enquadrada por forças tradicionais e uma Lisboa tida por cenário da luta entre capital e trabalho: «populismo de direitas», o municipalismo católico de Lino Neto estava condenado a não ser mais do que um degrau a outras forças mais poderosas, de sede essencialmente urbana. Mas isto terá de ficar para outra vez.

Interessa por agora reter o crescente isolamento do Governo Afonso Costa naquela segunda metade do ano de 1917. Apertado entre a agitação urbana contra a carestia e a falta de géneros e a resistência do campesinato a fornecer esses mesmos géneros a Lisboa, o Governo vê-se na necessidade de se virar contra um aspecto tradicional do latifúndio meridional, os chamados incultos, através de uma experiência mais séria de «mobilização agrícola», depois da baldada tentativa de 1916. O decreto do ministro do Trabalho, Lima Basto, responde aliás parcialmente às propostas no sentido de obrigar ao cultivo das terras desaproveitadas do Sul, sob pena de expropriação, feitas pelo movimento sindical desde 1913, as quais respondiam, por seu turno, a um projecto de lei apresentado ao tempo por Machado Santos e ao qual não seriam já estranhas, possivelmente, as ideias de um Ezequiel de Campos.

O facto é que o decreto de «mobilização agrícola» algum papel terá desempenhado na decisão da ala dos agrários do Partido Unionista, designadamente Miguel Fernandes, o maior proprietário do distrito de Beja, de financiar finalmente o golpe que se vinha arrastadamente preparando na sala de fumo do jornal *A Luta*, sob a liderança de um antigo ministro das Finanças dos primeiros governos constitucionais da República, antigo embaixador em Berlim, professor de Matemática da Universidade de Coimbra e vagamente oficial do exército — Sidónio Pais, tão vagamente major que, no dia do golpe, teve de pedir uma farda ao filho... Brito Camacho, líder dos unionistas, não quisera apoiar claramente o golpe antiparlamentar e contentou-se em «emprestar» uns tantos ministros para o primeiro Gabi-

nete de Sidónio, enquanto o novo regime não produzia, assaz rapidamente, diga-se de passagem, o seu próprio pessoal político.

Vale ainda a pena aludir, neste breve apanhado da relação de forças entre as classes em presença, à relativa benevolência com que os órgãos representativos do grande capital urbano — a Associação Comercial de Lisboa, a Associação Industrial Portuguesa (aliás, presidida há anos pelo unionista Aboim Inglês), o próprio Banco de Portugal — acolheram o novo regime. Tal benevolência, além de testemunhar da sabida aptidão destes órgãos para se adaptarem às contingências da política e de uma não menos sabida simpatia pelos regimes que se propõem repor «a ordem nas ruas», aponta ainda para a momentânea fraqueza dos interesses especificamente mercantis — daquela empolada burguesia de *import-export* de quem os democráticos se tinham mais ou menos feito intérpretes até então —, interesses estes severamente afectados pela interrupção quase total do comércio internacional.

Em mais de um passo histórico tem sido possível, com efeito, encontrar esta correlação entre uma forte recessão do comércio internacional, do qual a burguesia portuguesa de *import-export* não é mais do que um *relais* subalterno, e a maior propensão das classes possidentes nacionais para as soluções políticas *fortes*, afectas fundamentalmente aos interesses da burguesia nacional propriamente dita, para utilizar a terminologia de Poulantzas. Que os agentes daquelas duas grandes facções da grande burguesia portuguesa se cruzem ou sejam, porventura, os mesmos em alguns segmentos do processo de produção e circulação das mercadorias não tira nada à validade da contradição, porquanto não estamos a pensar nos interesses de *pessoas*, mas nos interesses dos capitais em busca de sectores onde investir com lucro. Por conseguinte, não se está a pensar na defesa da bolsa deste ou daquele senhor capitalista, mas na defesa das melhores condições possíveis para a extracção e a realização dos lucros susceptíveis de serem obtidos numa *conjuntura dada*. É óbvio que, numa conjuntura em que os lucros sem riscos do *import-export* estão virtualmente excluídos, salvo especulativas excepções, a questão das relações de trabalho e das relações entre salários e preços — desde as greves aos motins — assume, ao nível da classe possidente *no seu conjunto*, uma agudeza particular.

Resta a pequena burguesia dos lojistas, pululante em Lisboa, tradicionalmente afecta ao partido afonsista e directa beneficiária da alta dos preços, a não ser quando esta se virava contra ela sob a forma dos assaltos e pilhagens. Não é, aliás, impossível que as dificuldades de o Governo impor a «ordem nas ruas», e nas lojas, lhe tenham feito perder algum crédito junto da sua clientela política tradicional, mas o mais interessante de notar, a respeito do sidonismo, e tanto quanto se pode ler através das suas hesitações e tergiversações, é a vontade da sua ala populista, de Machado Santos a alguns dos jovens oficiais próximos de Sidónio, de reprimir os açambarcadores e, em geral, de limitar de algum modo os lucros do pequeno comércio de retalho.

Ficou célebre, embora sem futuro — tais foram as reacções do pequeno e, em seu apoio, do grande comércio —, a espectacular rusga do jovem comissário dos abastecimentos, Jorge Botelho Moniz, contra os açambarcadores em Julho de 1918, vigorosamente aplaudida pelos populares que, do passeio, viam os merceiros e taberneiros entrar para os carros celulares! É neste populismo de cunho mais moderno, distinto do populismo católico e provinciano de Lino Neto, que se enraíza esse importante seg-

mento da heterogénea ideologia fascizante que é o *antiplutocratismo*, quando detrás do merceeiro da esquina se começa a entrever o comerciante por grosso e, por detrás deste, «o especulador», o «capitalista não produtivo», «a falsa burguesia parasitária e gozadora» de que Salazar gostava de falar ainda em 1938.

Outro elemento novo, moderno mesmo, que faz parte deste populismo antiplutocrata e que se descortina no sidonismo, sobretudo no início do regime, é a intenção — na realidade nunca materializada, sendo esta ambiguidade, cremos, um dos principais traços que permitem ver no sidonismo um carácter proto-fascista — de propor como que uma aliança ao movimento operário, contra a plutocracia, em nome da «verdadeira burguesia», que essa, sim, seria produtiva e não especuladora.

É certo que o pacto feito entre Machado Santos e alguns dirigentes sindicais nos dias do golpe não passou de uma combinação de curto prazo, sem grande futuro; assim como é certo que pouco representariam de palpável os lugares oferecidos à União Operária Nacional no Senado, como representantes corporativos das classes laboriosas, coisa que, aliás, a UON repudiou sem hesitar (quando lhe foi oferecido lugar parecido nas instituições do regime de Primo de Rivera, o Partido Socialista Espanhol, em concorrência com os anarco-sindicalistas, não hesitou em aceitar a oferta); ainda assim, este ténue movimento no sentido da integração das classes trabalhadoras, do Trabalho, no corpo da nação laboriosa, contra a anti-nação dos especuladores e marchantes, para utilizar o vocabulário da época, é algo de novo na política portuguesa e, porventura, até na da Europa do tempo, e merece ser considerado como um passo importante na produção, pelas classes possidentes nacionais, do seu futuro regime corporativo.

O fracasso rotundo de tão ténue movimento há-de prender-se com uma grande variedade de factores, desde a necessidade em que o novo regime se foi encontrando de buscar apoios junto dos sectores mais tradicionalmente reacconários do País, até ao seu crescente êxito carismático, a propósito do qual diremos uma palavra a seguir.

Todavia, estamos em reter como factor decisivo na ruptura que, ao cabo de seis meses, se veio a estabelecer entre o novo regime e o movimento sindical a incapacidade em que o sidonismo se encontrava de produzir, pelo menos sem rupturas graves à direita, a base material necessária para fundamentar tal tipo de colaboração de classes. Não é tanto, cremos, o radicalismo dos dirigentes sindicais de então que se ergue contra aquela operação, como é sobretudo a impossibilidade de levar a cabo a dita operação que explica a confirmação dos dirigentes mais radicais à testa do movimento — e, após a queda de Sidónio, o movimento sindical guinará ainda à esquerda, subindo à chefia da CGT precisamente os elementos mais radicais (como Manuel Joaquim de Sousa), em detrimento dos elementos mais moderados, que tinham nomeadamente criticado o apelo à greve geral de Novembro de 1918 (como Alexandre Vieira).

A ruptura com o movimento operário e o desencadeamento das greves de 1918 coincidiram, como dizíamos, com o declínio de Machado Santos e com o avanço maciço das direitas católicas e monárquicas. A partir de então, o carácter repressivo, autoritário e reacconário do regime ir-se-á acentuando cada vez mais e o papel do chefe passa a estar cada vez mais curiosamente pendente por um fio do seu carisma pessoal. Este carisma mergulha, como era de prever, no *pathos* de uma conjuntura exacerbada, por factores que fogem à relativa linearidade das relações de

classe, distorcendo-a consideravelmente. Para chamar as coisas pelo seu nome, a época é uma época de guerra e de epidemias mortais (basta dizer que em 1918 morreram em Portugal o dobro das pessoas que morriam habitualmente todos os anos), é uma época, pois, em que o espectro da morte e os sentimentos mais primários de salvação se impõem à massa da população. É de reflectir um momento no significado latente do facto de o catastrófico desaire militar do 9 de Abril (1918) ser comemorado ainda hoje em tantas ruas das cidades e vilas do País!

Por outro lado, se é certo que as constantes aparições públicas de Sidónio, a pé e a cavalo, mas envergando sempre a farda dos combatentes da primeira guerra mundial, distribuindo sopa aos pobres, inclinando-se sobre o leito das vítimas da epidemia ou abençoando as crianças que as mães chorosas lhe estendiam, se tudo isto evoca não só uma conjuntura trágica, mas também um país em que subitamente voltam ao de cima todos os traços de atraso económico, social e cultural, nem por isso é menos verdade que a ditadura pessoal daquele professor de Matemática disfarçado de oficial do exército é, porventura, a primeira ditadura moderna, no sentido das ditaduras que a Europa conheceria em série no período de entre guerras. Mesmo o aparentemente anedótico *sex-appeal* do ditador remete para os mitos da virilidade latina, de que mais tarde fariam uso abundante Primo de Rivera e Mussolini.

Mas, no caso de Sidónio, o carisma, porque era o fio de que pendia o seu poder pessoal, era também o fio que seria tentador e possível cortar com uma bala de revólver. Por outras palavras, se a ditadura de Sidónio anuncia as futuras ditaduras europeias do período de entre guerras, ela está efectivamente mais perto das ditaduras *não institucionalizadas* de um Horthy ou de um Pilsudski do que das de Mussolini e, mais tarde, de Salazar. Com efeito, o sidonismo, como episódio decisivo no processo de recomposição fascizante das classes possidentes nacionais, não ultrapassa, todavia, o estádio da ditadura *sobre* os mecanismos políticos de representação e arbitragem do liberalismo tradicional, nunca entrevendo a necessidade de substituir esses mecanismos pelos mecanismos da representação vertical corporativa, ou então nunca o logrando levar a cabo.

Autoritária e repressiva como foi, nunca a ditadura chegou, no entanto, a ser uma ditadura completa: nunca o Parlamento, nem os partidos, nem a imprensa de oposição foram totalmente banidos. Na segunda metade do consulado, sobretudo já para meados de Outubro de 1918, as forças mais dinâmicas do bloco em vias de constituição — militares ou monárquicos e, em geral, ambas as coisas ao mesmo tempo — tentaram, com efeito, promover um salto qualitativo na repressão da antiga «classe política» e dos inimigos de classe. É nessa altura que surgem, nomeadamente no Porto, as primeiras forças de repressão irregulares de *trauliteiros*, grupos de caceteiros cujo recrutamento, tanto quanto nos foi possível apurar até agora, parece bastante «popular» e que o próprio Luís de Magalhães, ministro dos Negócios Estrangeiros da Monarquia do Norte, comparou aos *somatenes* catalães, que viriam a ser institucionalizados pelo regime de Primo de Rivera. A violência desta repressão atingiria foros inéditos ainda sob Sidónio, com a Leva da Morte, em Outubro de 1918, em *révanche* aberta contra a «Formiga Branca», a polícia secreta de Afonso Costa, e generalizar-se-ia no Porto durante o «reinado» de Paiva Couceiro.

Paradoxalmente, Sidónio parece surgir, neste ponto do processo, mais como um obstáculo do que como um guia ou mesmo um aliado: disso

testemunham as acerbas críticas da imprensa de direita, sobretudo no Norte, contra o presidente, quando este mandou libertar todos os presos políticos das cadeias do Porto, desautorizando assim os chefes da polícia portuense, Solari Alegro e Baldaque Guimarães, que figurariam com o máximo destaque no aparelho repressivo da Monarquia do Norte. O próprio episódio do assassinato de Sidónio é dos mais obscuros. Particularmente estranho é o pacto, feito ainda em vida dele, entre vários chefes militares (da espécie de triunvirato então formado, dois dos membros eram declaradamente monárquicos, João de Almeida e Álvaro de Mendonça), sobre a sucessão do presidente... *em caso de assassinato!*

A discrepância entre monárquicos e republicanos desempenhou nesta conjuntura, e ainda posteriormente, um papel indiscutível e não é fácil descortinar que bases sociais, se algumas, tinham tais divergências ideológicas. Seria tentador ver nos republicanos nacionalistas algo como a direita autoritária, fascizante, que começava então a surgir na Europa, e ver nos monárquicos, em contrapartida, a direita tradicional. A verdade, porém, é que o quadro parece mais complexo, ainda que seja possível distinguir os contornos de classe — pequena e média burguesia urbana, no que respeita aos primeiros, e alta burguesia rural, no que respeita aos segundos — de cada uma das tendências.

Mais importante parece-nos ser, no entanto, sublinhar nesta fase da investigação, designadamente em face de certa literatura que insiste sobremaneira na dicotomia entre direita *moderna* e direita *tradicional*, que se trata de um processo de recomposição das classes possidentes no seu todo, processo em que elementos ditos tradicionais se aliam com elementos ditos modernos — como é o caso tanto dos integralistas, como dos católicos — para a produção de uma solução global nova, essencialmente marcada pela questão da «ordem». Aliás, o Partido Católico ficou fora da luta em torno da questão que dividia monárquicos e republicanos, enquanto uma outra linha, que poderíamos designar por *sidonista pura* — contra a aventura monárquica e contra o regresso à república parlamentar — não logrou já, quando rebentou o conflito, encontrar qualquer base para se mover: é isso que simboliza então a figura, algo quixotesca, de Teófilo Duarte, em busca de uma «terceira via» entre os dois contendores.

Finalmente, no que respeita às forças económicas mais poderosas, os indícios que foi possível apurar até agora, embora ténues, levam a crer, se olharmos para representantes tão autorizados do grande capital — como Alfredo da Silva, aliás monárquico de convicção, ao que se dizia —, que elas se inclinavam para a institucionalização do regime, para além, se não mesmo contra, a figura de Sidónio, mas sem pôr em causa as instituições republicanas.

Tais forças económicas apoiariam, sim, a candidatura de Tamagnini Barbosa (o terceiro membro do triunvirato atrás evocado), posição que era também a do periódico mais clarividente e modernista da altura, *O Tempo*, dirigido por Simão Laboreiro e onde Geraldo Coelho de Jesus publicou as suas «Bases para um plano industrial», arrojadíssimas para o Portugal da época, apontando, em oposição diametral à direita tradicional, para um Estado forte intervindo activamente na organização da produção económica, sobretudo na indústria. Também o abstencionismo dos católicos na questão do regime pareceria ir no sentido de uma superação, por parte dos sectores mais clarividentes da direita, da dicotomia ideológica entre monarquia e república.

Enquanto, porém, a investigação não tirar a claro quais as forças activas nos últimos meses do regime sidonista e qual o sentido exacto das suas intervenções, o que é certo é que os activistas monárquicos, ao precipitarem um confronto político global, deitaram, como se diz, tudo a perder no que respeita à paulatina recomposição política das classes possidentes, lançando a direita autoritária republicana (Machado Santos e o Centro 27 de Abril, por exemplo) nos braços dos partidos da «República Velha», remetendo os católicos para o abstencionismo e abrindo ao próprio movimento operário um espaço político de que este estava bastante carecido, depois da derrota da greve geral de 18 de Novembro de 1918, e que o movimento soube muito bem capitalizar com o lançamento, logo a seguir, do quotidiano *A Batalha* e com a realização, a breve prazo, do congresso fundador da CGT (Setembro de 1919).

Não convém, todavia, que se fique com a ideia de que os monárquicos, enquanto pontas de lança da direita tradicional, se limitaram a cometer um erro evitável. Vários são os documentos que ilustram a discussão, no seio da dirigência monárquica, sobre a oportunidade de passar ao ataque frontal. Ora vê-se bem que, se é certo que no Norte deve ter predominado, a partir de certa altura, um certo voluntarismo cujo símbolo era, desde há anos, Paiva Couceiro, já em Lisboa — onde a última palavra cabia a Aires de Ornelas, lugar-tenente do rei exilado — a hesitação foi muito maior e, finalmente, a decisão de se insurgir em Monsanto parece ter sido bastante mal preparada, como que forçada por circunstâncias que já fogem ao controlo daquela dirigência monárquica; o mesmo se diga da tardia decisão de João de Almeida de tomar armas contra a República, depois de ter recusado a copresidência da Junta Monárquica do Norte.

Por outras palavras, e para além dos factores imediatos em que o período foi evidentemente fértil, parece legítimo tentar ver a extemporânea e derradeira surtida da ala monárquica da direita autoritária no contexto de uma rápida alteração da conjuntura económica e social introduzida pelo fim da guerra. Neste sentido, o sidonismo aparece retrospectivamente com o cunho de um *regime de excepção*, no sentido próprio do termo. Com efeito, à «normalização» das relações sociais e económicas, trazida pelo fim da guerra, parece ter correspondido uma «normalização» da vida política, com o consequente regresso às esferas do poder dos sectores delas afastados durante o período *excepcional* da guerra, nomeadamente os *affairistes* do grande e pequeno comércio relançados pelo *boom* do pós-guerra. Adeptos incondicionais do sidonismo reconheceriam algo de semelhante, retrospectivamente, ao escreverem, em 1924, que «à ditadura *messiânica* de Sidónio Pais virá corresponder a ditadura *consciente e forte* de realização e criação nacional» (sublinhados nossos).

Resta acrescentar que a desintegração do regime sidonista, patente ainda em vida do chefe carismático, também terá que ver, em nosso entender, com a sua incapacidade de lidar de uma vez por todas com o movimento reivindicativo das classes trabalhadoras. Com efeito, o sidonismo não logrou integrar o movimento operário num qualquer sistema corporativo, nem tão-pouco, depois de falharem as aproximações iniciais, reprimi-lo de molde a eliminar uma agitação social de carácter larvar que fazia dizer a Salazar, em Maio de 1918, «provavelmente nós sofreremos a guerra... quando começar a paz».

Como se disse atrás, o próprio declínio da componente «populista» do sidonismo correspondeu a uma crescente radicalização do movimento

sindical. A 9 de Dezembro de 1917, com efeito, este apresentava à Junta presidida por Sidónio uma série de reclamações de teor, não propriamente reformista, mas negociador, o que constituía, ao mesmo tempo, um facto relativamente novo na história do movimento e um passo no sentido da sua institucionalização como «interlocutor válido» do poder político. Significativamente, nessa plataforma reivindicativa estendia-se a mão a Machado Santos ao apoiar o projecto de lei que este apresentara no sentido de alterar a lei de 1891 relativa às associações de classe. Ainda em Fevereiro de 1918, a União Operária respondia ao ministro do Interior, que ameaçara suspender o direito de greve, dizendo: «Há actualmente um agitador que continuamente lança as corporações operárias em luta. Para ele devia ir a sua energia [do ministro] e a do Governo, mas não vai. Esse agitador... chama-se — Açambarcador... Eis porque hoje há tantas greves, Excelência.»

Este tom, não só cordato, mas ambíguo, como que buscando um «bode expiatório» susceptível de concentrar as iras, simultâneas, das camadas populares e da ala populista do regime, desapareceria praticamente da «exortação» com que a UON lançaria em Maio a sua campanha de luta contra a carestia da vida. Entretanto, em Abril, já a UON havia recusado os lugares de senadores que lhe eram oferecidos pela nova lei eleitoral e a que atrás aludimos. A partir de Maio, pois, o movimento sindical lança-se num esforço organizativo sem precedentes com vista a exercer uma pressão geral, unificada, contra a carestia da vida. Os comícios e reuniões que se seguem durante vários meses ocasionam, naturalmente, repetidos confrontos com as forças militarizadas, ao mesmo tempo que, sintomaticamente, a imprensa afecta ao regime se faz eco do «perigo vermelho»: em Setembro, por exemplo, citava-se o ministro do Interior a dizer que tinha informações «bastante claras de que a organização dos *soviets* entre os rurais é um facto».

Enquanto, a partir de meados do ano, o movimento grevista parece crescer e tocar o País todo (em terras como a Póvoa de Varzim, por exemplo, todas as classes assalariadas já tinham obtido em Abril aumentos de 20 % a 40 %), a UON prossegue a organização da luta contra a carestia da vida. A esse título, e apesar da propaganda da imprensa do regime e da repressão (particularmente brutal nos confrontos com o proletariado rural), a central sindical vai mantendo o diálogo com o Governo, sendo um seu delegado recebido ainda a 17 de Outubro pelo jovem oficial Eurico Cameira, secretário-geral da Presidência da República, mas o regime recusa-se a reconhecer a UON como representante da classe operária. Goram-se, pois, as negociações e a UON decide lançar, finalmente, a palavra de ordem de greve geral para 18 de Novembro. António José Telo debruçou-se recentemente com bastante pormenor sobre estas questões no seu livro, aparecido depois da primeira redacção deste ensaio, *O Sidonismo e o Movimento Operário Português* (Lisboa, Ulmeiro, 1977).

A greve geral foi, como se sabe, um relativo falhanço. Muitas são as razões para isso, desde o tardio da decisão às baixas produzidas no movimento pelas epidemias, mas é provável que o simples facto de o armistício ter sido proclamado uma semana antes, a 11, pondo termo a uma guerra que durava há mais de quatro anos, tenha despoletado em grande parte o entusiasmo reivindicativo. A greve deu, no entanto, lugar a confrontações violentas e não deixou de agudizar as tensões políticas no seio e contra o regime, ao mesmo tempo que alimentava a realidade do «respetro

vermelho». A manifestação de apoio a Sidónio Pais, a 20 de Novembro, foi, porém, um episódio sem futuro imediato no processo de alargamento da base de apoio da direita autoritária.

E, no entanto, era de facto uma mobilização de massa antioperária que *O Tempo* assim descrevia: «Tudo quanto em Lisboa representa o espírito de ordem, de disciplina e de trabalho desfilou ontem numa imponente e comovida manifestação em frente do chefe do Estado, encarnação viva da ordem, da disciplina e do trabalho. Isto é: quase toda a cidade, ostentando, os homens na lapela e as senhoras nos vestidos a fita verde que hoje simboliza o protesto contra a desordem, etc.» Porém, esse mesmo fim da guerra, que hipotecara o êxito da greve geral, alteraria completamente a conjuntura vigente até então e aquele embrião de mobilização fascizante não teve seguimento.

A partir daqui, ao invés, a dinâmica social e económica parece começar a jogar contra a institucionalização do regime de excepção sidonista. E terá sido essa perda de velocidade que, de certo modo, colocou os monárquicos, como dizíamos acima, na necessidade de se isolarem das forças da direita, sobretudo da direita moderna, mais clarividente, a qual tiraria precisamente destes episódios a lição de que era necessário subalternizar a questão do regime à questão do poder. De certo modo, em Janeiro de 1919 repetiu-se amadurecidamente a situação de Outubro de 1910, tendo o movimento operário utilizado as contradições no seio das classes dirigentes para alargar o seu espaço político e lançar, contra o capitalismo liberal restaurado no pós-guerra, um ataque de envergadura sem precedentes, ataque esse que, não desembocando na produção de uma alternativa social global, relançou e consolidou, *por reacção*, em todos os sentidos da palavra, as tendências fascizantes já detectáveis e que se afirmariam hegemónicas a partir do 28 de Maio.

Outubro de 1977; revisto em Outubro de 1979.

NOTA A

(Sobre o movimento operário e a guerra mundial)

A mobilização antibélica começou antes mesmo da declaração da guerra, assim que rebentou o conflito dos Balcãs, em 1912. Teve o movimento operário imediata consciência do tipo de situação que se estava a preparar à escala europeia, assim como do carácter imperialista do conflito ainda maior que se avizinhava. O próprio Partido Socialista, que estava, aliás, em contacto com a II Internacional, começou por tomar uma atitude de oposição à guerra, em conformidade com a posição da social-democracia... até que o conflito rebentou e, rapidamente, a II Internacional sucumbiu àquilo que Lenine chamou o «social-patriotismo». Assim, apenas os movimentos sindical e anarquista se mantiveram, desde 1912 até ao fim da guerra, fiéis à atitude antibélica e anti-imperialista. Com efeito, enquanto o Partido Socialista aceitava, por exemplo, fazer-se porta-voz, subsidiado para o efeito, do Governo de União Sagrada na Conferência Socialista Interaliada, realizada em Londres em 1917, onde defendeu as colónias portuguesas contra os trabalhistas ingleses (que pediam a entrega dos territórios ao sul da linha Congo-Zambeze à Sociedade das Nações), enquanto o Partido Socialista ia, pois, dando a sua débil cobertura à política governamental, o movimento sindical e anarquista encontrou na luta contra a guerra matéria para se reforçar, através nomeadamente do lançamento e crescimento das Juventudes Sindicalistas, fundadas em 1912 precisamente com esse fito.

NOTA B

(Sobre os grandes grupos económicos)

Num artigo recente, que aliás se apoia, neste particular, no conhecido livro de Maria Belmira Martins *Sociedades e Grupos em Portugal*, Lisboa, 1973, Américo Ramos dos Santos estudou o «Desenvolvimento monopolista em Portugal (fase 1968-73): estruturas fundamentais» (*Análise Social*, III, 49, pp. 69-95). Aí dá, por vezes, o autor a impressão de tal «desenvolvimento monopolista» ter sido, por assim dizer, um resultado da fascização do sistema político. É este um assunto da maior importância e, no estado actual da investigação, não é fácil avançar conclusões definitivas a tal respeito. É, no entanto, minha convicção que a fascização do sistema político é mais o resultado do «desenvolvimento monopolista» do que o contrário; o que não quer dizer, claro, que aquela não tenha favorecido, acelerado e exacerbado este último no decurso da sua vigência.

No estado actual da investigação, como dizia, oferece-se-me recordar a seguir, muito esquematicamente, que a maior parte dos grandes grupos que dominavam a economia portuguesa antes do 25 de Abril de 1974 existiam já antes do 28 de Maio de 1926 e eram já, todos eles, grupos de dimensões muito consideráveis para a época. Vejamos, pois, um por um, esses sete principais grupos:

1) *CUF* — A União Fabril fora fundada em 1865 e funcionara com a Aliança Fabril em 1898, no seguimento de dificuldades em que o Banco Lusitano, um dos seus principais accionistas, se encontrava desde a crise financeira de 1891; foi nesse data que Alfredo da Silva, ele próprio herdeiro de considerável fortuna feita no comércio lisboeta, se pôs definitivamente à frente da CUF, tomando progressivamente as posições que nela ainda detinha a Casa Burnay (ver adiante); dos outros componentes do *holding* actual, a Casa Bancária José Henriques Totta vinha do tempo do cabralismo (1843) e caiu sob o controlo da CUF em 1921, ao mesmo tempo que a Casa Gouveia, da Guiné, a qual controlava já a comercialização das oleaginosas da colónia; o Banco Lisboa & Açores, adicionado mais tarde ao grupo, remontava, todavia, ao período da febre especulativa anterior à crise financeira de 1876, pois fora fundado em 1875; o Banco Aliança, último parceiro bancário do *holding*, vinha também dos tempos do fontismo (1863), mas tinha raízes mais antigas na praça portuense; quanto à Companhia de Seguros Sagres, fora fundada no auge da guerra, em 1917, e a Sociedade Geral nasceu, já por iniciativa da CUF, em 1919, no imediato pós-guerra; finalmente, a Tabaqueira surgiu precisamente na viragem do parlamentarismo para a ditadura, aquando da renovação do contrato dos Tabacos (1926-27). Por outras palavras, a maior parte dos componentes do *holding* existentes em 25 de Abril de 1974 eram bem anteriores ao 28 de Maio e, no que respeita especificamente ao sector industrial, a CUF era já, sem dúvida, em 1926, a mais importante firma do País (permítto-me ainda remeter o leitor para o papel que ela desempenhou na política económica do regime ditatorial, nomeadamente no plano da articulação indústria/agricultura, e que tem sido estudado nos artigos consagrados à Campanha do Trigo na *Análise Social*).

2) *Champalimaud* — Este grupo tem origem na Casa Sommer, que já era o maior comerciante português de metais antes da guerra de 1914-18; foi no seguimento desta que Henrique Sommer lançou, em 1920, os Cimentos Lis, sendo também predominante a sua posição nos Cimentos Tejo, que começaram a laborar em 1929; tinha também este grupo grandes interesses agrários, sendo ainda hoje um ramo da família Sommer proprietário da Quinta da Cardiga, na Golegã; dos outros componentes do *holding* actual, a Companhia de Seguros Mundial data de 1913 e o Banco Pinto & Sotto Mayor de 1925; bem mais antigas eram as firmas metalúrgicas Vulcano (1843) e Colares (1809), que H. Sommer comprou e instalou na Amadora (Cometna). Em resumo, se é certo que o grupo Sommer não tinha ainda, nas vésperas do 28 de Maio, envergadura comparável com a que veio a adquirir nos anos 30 e posteriormente, tratava-se já de uma importante firma industrial, assim como não deixa de ser verdade que, como no caso da CUF, foi a partir da força industrial que se constituiu o grupo financeiro, e não o contrário.

3) *Espírito Santo* — Remonta a origem deste grupo à firma comercial Silva, Beirão & C.^a, fundada em 1883; o banco foi finalmente criado no pós-guerra, em 1920; a Companhia de Seguros Tranquilidade, importante componente do

grupo actual, vem do tempo do fontismo (1871); já antes do 28 de Maio o grupo Espírito Santo se destacara por aquilo que ainda na actualidade constituía o seu traço distintivo: a articulação do capital financeiro com o domínio colonial africano.

4) *Português do Atlântico* — A fundação do banco é imediatamente posterior à guerra (1919), mas a fortuna de Cupertino de Miranda já vinha de uns anos atrás; com sede no Porto, ligado até à propriedade fundiária minhoto, o BPA caracterizou-se sobretudo pela sua inserção no circuito monetário estabelecido, por obra e graça da emigração, entre Portugal e o Brasil.

5) *Borges & Irmão* — Este grupo — recentemente designado às vezes por «grupo Quina», visto o Sr. Miguel Quina ter casado com a herdeira do conde da Covilhã, que, por sua vez, casara com a herdeira de Francisco Borges — remonta a 1884, data em que António Nunes Borges, antigo marçano da firma António Inácio da Fonseca (1878), especializada no comércio com o Brasil, se associou com seu irmão Francisco para fundar uma casa de câmbios, lotarias e tabacos; muito antes da transformação em banco, já a casa Borges & Irmão estendera os seus interesses a sectores tão diversos como a agricultura (vinhos e resinas: numa perspectiva exportadora) e a imprensa (*O Primeiro de Janeiro*); vale a pena registar que os irmãos Borges se encontravam, em 1910, entre os maiores grupos económicos que apoiaram a implantação da República (mero facto ideológico?); por morte de Francisco António Borges, ficou à frente do grupo seu genro Júlio Anahory do Quental Calheiros, 3.º conde da Covilhã e herdeiro de uma família de grandes industriais de lanifícios que vinha do último quartel do século XIX; foi, pois, a partir de sólidas bases industriais e financeiras que o grupo se expandiu sob o fascismo, criando novas indústrias (como a MABOR) e tomando uma posição conhecidamente preponderante no sector industrial nortenho.

6) *Nacional Ultramarino* — Juntamente com a Companhia de Seguros Fidelidade (1835), é este banco, fundado em 1864 como banco emissor nas colónias, um dos mais antigos grupos económicos do País; por definição, é histórica a sua ligação com os interesses coloniais.

7) *Fonsecas & Burnay* — Resultou este grupo da fusão — melhor se diria da absorção do segundo pelo primeiro —, em 1967, de duas casas bancárias das mais antigas do País; com efeito, se o Banco Fonseca, Santos & Viana só fora criado em 1947, a casa bancária remontava ao auge da Regeneração (1861) e, pelo menos, o sócio Santos já operava na alta finança cabralista como «agente de ligação, com a casa Baring Brothers, de Londres; quanto ao Banco Burnay, fundado em 1925, provinha de um grupo financeiro de 1875, data em que Henry Burnay e Ernesto Empis constituíram a firma Henry Burnay & C.ª, firma cujos tentaculares interesses se estendiam, além da velha União Fabril, como dizíamos acima, desde o contrato dos Tabacos até às roças de São Tomé, passando pelos caminhos-de-ferro, etc.; em finais do século XIX havia quem descrevesse o grupo Burnay como «uma verdadeira instituição nacional»; efectivamente, o grupo Burnay terá representado melhor do que nenhum outro, naquela época, o grande capital financeiro tradicional e é interessante constatar o seu progressivo apagamento perante a potência do grupo Fonseca, Santos & Viana, mais decididamente lançado na actividade industrial; seja como for, em conjunto, o grupo Fonseca & Burnay representa, nesta amostra do capital português, o mais forte exemplo de ligações com o capital internacional (Bélgica e França, no caso dos Burnay, e Inglaterra, no caso dos Fonseca); nomeadamente, aquando da transformação da casa Burnay em banco, em 1925, a operação teve o apoio da Société Générale, da Bélgica, e da Banque de l'Union Parisienne, de França, daí se estendendo os seus interesses à Diamang, em Angola, etc.

Não nos permite a investigação feita até agora ir mais além, mas valerá ainda a pena acrescentar que o primeiro grupo citado por Américo Ramos dos Santos a seguir aos sete maiores, o grupo *Feteira-Bordalo*, tem, ele também, velhas origens industriais em Vieira de Leiria, onde Joaquim Tomé Feteira fundara, ainda no século XIX, a conhecida fábrica de limas, a qual estava já totalmente mecanizada em 1920 e exportava então 80 % da produção; foi seu filho, Júlio Tomé Feteira que criou a Covina, nos anos 40, etc. Em resumo, creio ter ressaltado bem das notas precedentes que os maiores grupos que dominavam a economia portuguesa nas vésperas do 25 de Abril eram, quase todos eles, velhas firmas

solidamente estabelecidas na praça financeira, comercial e industrial portuguesa bem antes do 28 de Maio. Não é este o lugar para fazer uma cabal demonstração, mas é nossa convicção, no estado actual da pesquisa, que as tendências monopolísticas do grande capital português são muito antigas, ligadas nomeadamente ao seu desenvolvimento tardio à escala internacional, e que elas não deixam com certeza de constituir um importante elemento explicativo do advento e consolidação do fascismo em Portugal.